

**POLÍTICA, DIREITOS, VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE
PESQUISA NA PARADA DO ORGULHO GLBT – RIO 2003**

SILVIA RAMOS* E SÉRGIO CARRARA**

**Manifestação
política e
produção de
conhecimento**

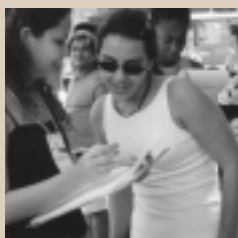
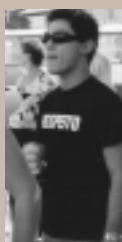
Este texto apresenta parte dos resultados de pesquisa realizada com participantes da Parada do Orgulho GLBT (sigla utilizada para Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) do Rio de Janeiro.¹ A pesquisa foi conduzida pelo Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), do Instituto de Medicina Social da UERJ e pelo CESeC, em parceria com o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI).

Em abril de 2003, o Grupo Arco Íris convidou o CESeC e o CLAM para conhecer o perfil dos participantes da Parada do Orgulho GLBT do Rio. Iniciamos um processo de parceria que se desenvolveu desde a elaboração do instrumento de coleta de informações (questionário), ao treinamento de voluntários, até a análise e publicação dos resultados, em dezembro de 2003.

A natureza específica desta parceria entre grupos de pesquisa e de ativismo homossexual, e a combinação de agendas de estudo com agendas de militância favoreceram a realização de uma pesquisa pioneira, cuja matriz, aqui apresentada, tem a intenção de estimular e facilitar a realização de pesquisas similares em outros momentos e em outros locais do Brasil. Isto permitirá, pela primeira vez em se tratando de temas relacionados à homossexualidade, a construção de séries históricas e de comparações regionais. Ao mesmo tempo, a pesquisa indicou que as marchas de orgulho gay e lésbico, realizadas em várias cidades do país, podem se firmar como um campo privilegiado de produção de conhecimentos, ao lado da tradição já criada de demonstração política e celebração.

**As Paradas
do Orgulho**

A segunda metade dos anos 1990 produziu mudanças importantes na chamada cena homossexual brasileira. Uma série de iniciativas, não articuladas entre si, foram responsáveis por alterações consideráveis no quadro essencialmente defensivo e de baixa visibilidade em que a temática homossexual se manteve durante as décadas de 1970 e 80. Entre os acontecimentos mais importantes destacam-se as experiências de políticas públicas em segurança e cidadania; as iniciativas de legislativas anti-discriminação e de ampliação dos direitos civis; a literatura



* Coordenadora da Área de Minorias, Movimentos Sociais e Cidadania do CESeC/UCAM.

** Professor do Instituto de Medicina Social da UERJ e coordenador do Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

homoerótica e o cinema gay e lésbico; a proliferação de *sites* na internet e a criação de um mercado homossexual ligado a bares, boates, revistas e turismo; o surgimento de novos formatos de militância e, finalmente, as marchas de orgulho gay capazes de reunir milhares de pessoas nas principais capitais do país, constituindo a maior manifestação política urbana de afirmação de identidade.

Os eventos comemorativos do Dia do Orgulho GLBT vêm se incorporando rapidamente aos ciclos anuais das grandes festas e manifestações públicas das principais cidades brasileiras. Na cidade de São Paulo, em 2003, estima-se que um milhão de pessoas tenha comparecido às ruas e a do Rio de Janeiro (Copacabana) reuniu aproximadamente 300 mil pessoas. Apesar de deverem ser consideradas uma das mais extraordinárias manifestações políticas de massa desse início de milênio no Brasil, ainda pouco se sabe sobre elas.² Quem são os que saem de suas casas para incorporar-se às manifestações? Quais motivos os levam às paradas? Também pouco se sabe sobre aspectos importantes da vida do(a)s homossexuais brasileiro(a)s – como suas concepções políticas, sua participação social, sociabilidade, vitimização etc. – mesmo depois do importante impacto da AIDS na multiplicação de pesquisas sobre homossexualidade no Brasil.

Pesquisa Parada do Orgulho GLBT - Rio 2003

A Parada do Orgulho GLBT foi realizada a 29 de junho de 2003, continuando uma tradição iniciada em 1995, quando, no Rio de Janeiro, realizou-se a primeira manifestação brasileira desse gênero. Participaram nas diferentes etapas preliminares da pesquisa (elaboração do questionário, treinamento de entrevistadores, realização de pré-testes etc.) pesquisadores e militantes das três instituições, pesquisadores independentes e voluntários. Para a aplicação do questionário foram recrutados 39 universitários em trabalho voluntário. Cada entrevistador realizou em média 12 entrevistas, com duração em torno de 15 minutos. Foram preenchidos 468 questionários, cujos resultados foram analisados por um grupo de pesquisadores e militantes, acompanhados por dois estatísticos.³

O questionário teve como objetivo coletar o máximo de dados no mais curto espaço de tempo, uma vez que as entrevistas foram realizadas no local mesmo da Parada, durante o período de mais ou menos 3 horas que se estende desde o início da concentração. Compunha-se de 43 perguntas, divididas em três blocos temáticos, relativas ao perfil sócio-demográfico e político dos participantes da Parada. O primeiro bloco tratava de sexualidade/sociabilidade, abordando aspectos referentes à identidade sexual mantida pelo respondente, modos de sociabilidade (frequência a lugares gays, *sites* na *internet*); hábitos de leitura de jornais e revistas especializadas e práticas sexuais (uso de camisinha, idade da primeira relação sexual, manutenção de relações afetivo-sexuais etc.). No segundo, a atenção dirigiu-se à política (voto, adesão a partidos políticos etc.) e à participação em diferentes tipos de movimentos sociais. Finalmente, as questões do último bloco procuraram averiguar experiências e opiniões relativas à violência, à discriminação e aos direitos já conquistados por gays, lésbicas e transgêneros no país.

Desafios e cuidados metodológicos

Para compor a amostra não foi estipulado qualquer tipo de cota, mas, para potencializar a representatividade dos dados, os entrevistadores foram orientados a: (a) diversificarem ao máximo seus respondentes, segundo clivagens de raça, sexo e identidade sócio-sexual (procurando entrevistar mulheres, homens, negros, brancos, travestis, transexuais etc.); (b) permanecerem dispostos em diferentes locais ao longo da concentração, procurando assim abordar diferentes grupos; (c) realizarem as entrevistas espaçadamente ao longo do tempo de duração da concentração para não correrem o risco de entrevistar apenas os primeiros a chegarem.

Dadas as dificuldades e os desafios para a realização de pesquisas quantitativas em grandes manifestações de massa (aos quais deve ser ainda acrescentado o caráter festivo e ruidoso que tem caracterizado as paradas do orgulho GLBT brasileiras), devemos reconhecer que, mesmo tomando todos os cuidados metodológicos acima mencionados, os resultados não advêm de uma amostra probabilística e devem, portanto, ser tratados com cautela quanto a possíveis generalizações. Embora apontem tendências, não se pode a partir deles tirar conclusões definitivas sobre a população que participa da manifestação e muito menos sobre a comunidade de gays, lésbicas, travestis e transexuais do Rio de Janeiro.

Gênero, orientação sexual e identidade homossexual

Para facilitar os cruzamentos/tabulações e impedir a interpretação equivocada dos dados, dois procedimentos foram adotados quanto à identidade e/ou orientação sexual dos entrevistados. Em primeiro lugar, dado o pequeno número de entrevistados que se declarou “transexual” e “travesti” em nossa amostra, agregamos os dois grupos na categoria mais ampla de transgênero. Além disso, combinamos a variável sexo, que comportava apenas duas opções – “masculino” ou “feminino” –, e a variável identidade sexual auto-atribuída, que comportava oito opções (“gay”, “lésbica”, “travesti”, “transexual”, “bissexual”, “entendido(a)”, “homossexual” e “heterossexual”) para gerar o que chamamos de **identidade sexual agregada**, comportando apenas cinco categorias mais inclusivas: *homossexual feminino*, *homossexual masculino*, *heterossexual*, *transgênero* e *bissexual*. Assim, por exemplo, um homem e uma mulher que se auto-identificaram como “entendido/entendida” foram classificados, quanto à sua identidade sexual agregada, como homossexual masculino e homossexual feminino, respectivamente. Por esta razão, no presente texto, as identidades sexuais auto-atribuídas aparecem sempre entre aspas para diferenciá-las das identidades sexuais agregadas.



Perfil social dos participantes da Parada

Em termos gerais e comparativos com as características da população da região Sudeste, o perfil social predominante do participante da Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro em 2003 foi o de um jovem adulto, proveniente de camadas médias, com alta escolaridade, branco, exercendo alguma atividade remunerada e morador da cidade ou da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Sexo e idade. Em nossa amostra (468 entrevistados), os homens, independentemente de identidade sexual auto-atribuída, compareceram em maior número (64,6%). O público não era composto apenas de homens e mulheres que mantinham algum tipo de identidade homossexual. Havia um número de “heterossexuais” presentes e, como nosso interesse centrava-se no público da Parada, eles não foram excluídos da pesquisa, mas responderam seletivamente ao questionário, declarando, além de sua identidade/orientação sexual e o motivo do comparecimento, também dados referentes ao seu perfil sócio-econômico. A manifestação concentrou, sobretudo, jovens e adultos jovens. A maior parte dos manifestantes (62,8%) tinha idade igual ou inferior a 29 anos, sendo 26% menores de 21 anos. Nas faixas etárias mais altas, embora seja significativo o número de entrevistados com idades variando de 30 a 39 anos (25,6%), apenas 11,5% revelaram idade superior a 40 anos.

Raça/cor. Para conhecer a cor/raça dos entrevistados pedimos que eles se auto-classificassem de duas maneiras. Primeiro com uma pergunta aberta e depois segundo a classificação do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo, indígena, outro). Além disso, pedimos que o entrevistador marcasse no questionário a cor/raça do entrevistado segundo a sua percepção, usando também as categorias do IBGE. A discrepância entre os três sistemas de classificação foi pequena e nossos entrevistados, em sua maioria, declararam-se “brancos” (57,7%). Um número significativo se declarou “pardo” (29,7%) e 9,6% declararam-se “pretos”. Tais dados reproduzem aproximadamente a distribuição da população por cor na Região Sudeste, onde, em 2002, 63,2% identificaram-se como “brancos”, 29,4% como “pardos” e 6,7% como “pretos” (PNAD-2002). Nossa expectativa, quando elaboramos os três sistemas de classificação, era que a variável cor/raça pudesse vir a apresentar significativa influência explicativa sobre temas que abordaríamos na pesquisa, especialmente nas seções sobre violência e sociabilidade, o que, como veremos adiante, não se confirmou.

Escolaridade, trabalho e renda. O nível de escolaridade dos participantes é relativamente alto, se contrastado aos dados de escolaridade disponíveis para a região. Segundo os dados da PNAD/2002, apenas 28% da população da Região Sudeste teriam 11 anos ou mais de instrução, enquanto que, em nossa amostra, 79,1% dos respondentes estão nessa situação (42,4% possuindo ensino superior incompleto ou completo e 36,7% possuindo ensino médio completo), sendo que muitos deles (46,2%) continuam estudando. Quase (74%) dos entrevistados declararam estar exercendo alguma atividade remunerada. Em relação à renda pessoal (não foi perguntada a renda familiar), 46,4% declararam receber mais de mil reais mensais, 31,9% entre quinhentos e mil reais mensais e 21,7% menos de quinhentos reais mensais, ou seja, até dois salários mínimos aproximadamente. Essa distribuição de renda contrasta com os dados disponíveis para a Região Sudeste, onde 49,6% da população empregada declara receber até 2 salários mínimos (PNAD-2002).

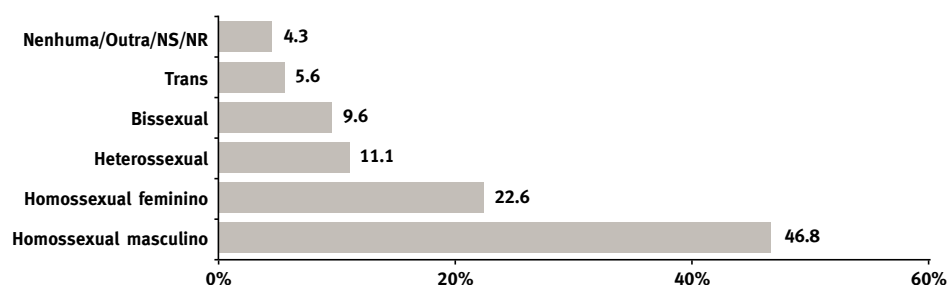
Origem geográfica. Em sua maioria (66,7%), tratava-se de moradores da cidade ou da Região Metropolitana (80,4%) do Rio de Janeiro, embora a Parada tenha atraído também um número significativo de manifestantes de outras regiões do estado (27,6%) e, em menor número, de outros estados brasileiros (5,3%), com destaque para os oriundos do estado de São Paulo (3,2%). De fato, a pesquisa captou a tradição de intercâmbio entre participantes das paradas do Rio e São Paulo, inclusive com a presença de “representantes” de São Paulo entre as alas que compõem a parada do Rio e vice-versa.

Identidades sexuais e perfis sociais

O perfil social e econômico dos participantes, entretanto, sofre importantes variações caso tomemos separadamente as diferentes identidades sócio-sexuais dos participantes. A grande maioria dos entrevistados (75%) declarou manter algum tipo de identidade homossexual (“gay”, “lésbica”, “entendido(a)”, “travesti”, “transexual” ou “homossexual”) e 9,6% disseram-se “bissexuais”, sendo tal identidade expressa tanto por homens (53,3%), quanto por mulheres (46,7%). Entre o(a)s homossexuais, os homens eram maioria. Em nossa amostra, 46,8% dos entrevistados eram homens homossexuais; 22,6% eram mulheres homossexuais e 5,6% foram classificados como transgêneros (“travestis” ou “transexuais”). Apenas 11,1% declararam-se “heterossexuais”, em sua maioria mulheres (57,7%) (**Gráfico 1**).

Gráfico 1

PARTICIPANTES DA PARADA SEGUNDO IDENTIDADE SEXUAL

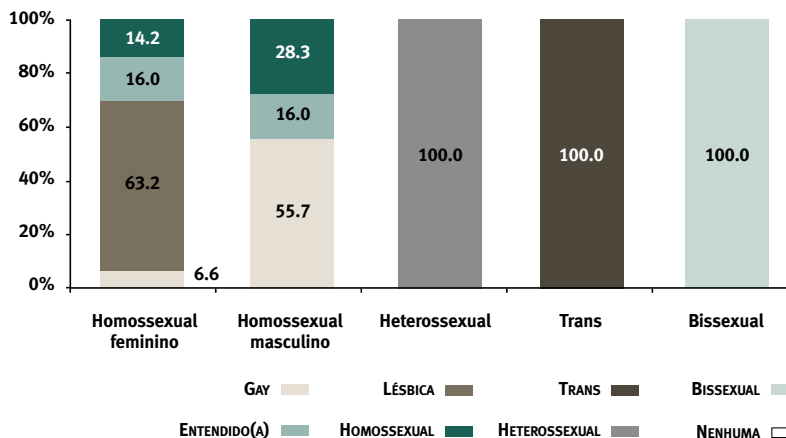


Nota: Total de 468 entrevistados

Como mostra o **Gráfico 2**, as mulheres homossexuais presentes em nossa amostra apresentam uma maior variação em relação à identidade sexual que atribuem a si mesmas. Embora a maioria tenha se declarado “lésbica” (63,2%), outras preferiram se identificar através de categorias identitárias que compartilham com os homens: “entendidas” (16%), “homossexuais” (14,2%) e “gays” (6,6%).⁴ No caso dos homens homossexuais, a variação é menor, sendo que 55,7% deles declararam-se “gays”, 28,6% se disseram “homossexuais” e, em proporção idêntica às mulheres, 16% identificaram-se como “entendidos”.

Gráfico 2

IDENTIDADE SEXUAL AUTO-TRIBUÍDA E AGREGADA



É interessante notar o quão pouco a categoria “homossexual” parece traduzir a identidade sócio-sexual assumida pelos entrevistados. Entre as mulheres, ela é menos freqüente que a categoria “entendida” e muito menos freqüente do que a categoria “lésbica”; entre os homens, corresponde à metade da freqüência da categoria “gay”.

Outra variação importante para definir a identidade sexual parece ser a idade. Homens e mulheres que se declararam “bissexuais” tendem a ser muito mais jovens do que o(a)s que expressaram outras categorias identitárias. Nesse aspecto, os bissexuais colocam-se em marcado contraste com os homens homossexuais, entre os quais mais de um terço (37,9%) estava com 40 anos ou mais no momento da entrevista.

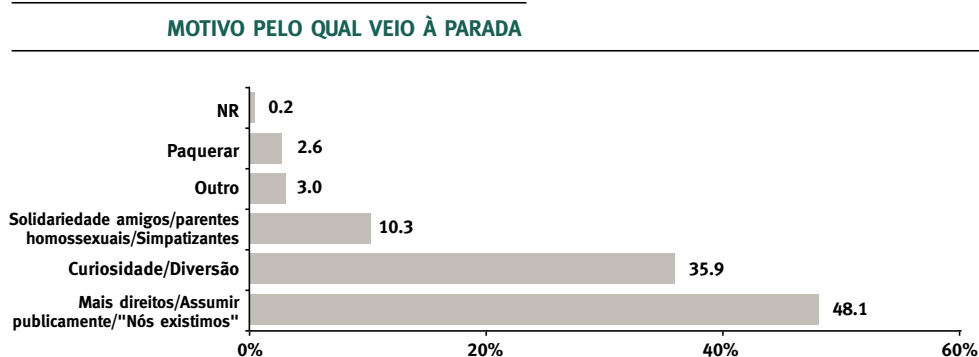
Tomando a escolaridade segundo as diferentes orientações sexuais, teremos um marcado contraste entre o(a)s transgêneros, de um lado, e os homens homossexuais, de outro. Enquanto apenas 16,6% do(a)s transgêneros declararam ter mais de 11 anos de estudo (ensino superior completo ou incompleto), o número de homens homossexuais com esse nível educacional quase triplica, subindo para 48,1%.



Entre a política e a festa: motivos para participar da Parada

As respostas dadas a um conjunto fechado de possíveis razões para o comparecimento à Parada oferecem algumas pistas importantes para entender o caráter da manifestação (**Gráfico 3**). Perguntados sobre o principal motivo para estar na Parada (resposta única), os entrevistados forneceram razões ou motivos de ordem política (“para mostrar que nós, homossexuais, existimos”; “para que os homossexuais tenham mais direitos no Brasil” ou “para se assumir publicamente”), alegadas em 48,1% das respostas. Além disso, 10,3% dos entrevistados declararam que participavam do evento por serem “simpatizantes” ou para manifestarem “solidariedade com amigo(a)s/parentes homossexuais”. Se, para os participantes, a Parada se apresenta como um importante momento de afirmação política, a diversão e o prazer não deixam de estar presentes, sendo que razões de natureza lúdica (“por curiosidade”, “para se divertir” ou “para paquerar”) motivaram a presença de um número bastante significativo de respondentes (38,5%).

Gráfico 3



Nota: Total de 468 entrevistados

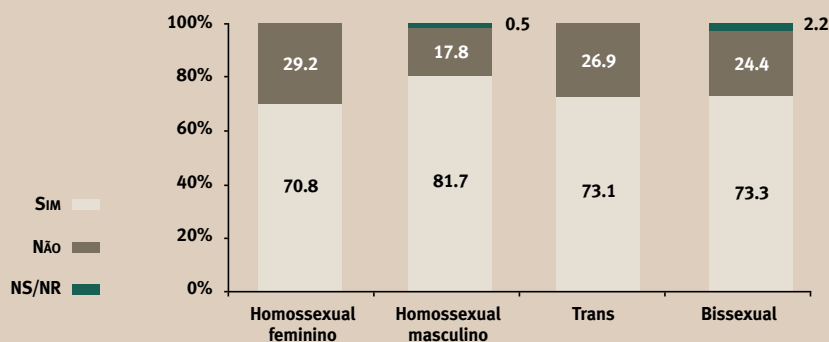
Eleições, partidos e participação: politização e conhecimento

Para conhecer o perfil político dos participantes perguntamos em quem tinham votado nas últimas eleições, o partido político com o qual se identificavam e também se conheciam políticos e leis que beneficiavam a causa homossexual. Além disso, perguntamos se conheciam e freqüentavam grupos homossexuais e outras entidades participativas como sindicatos, associações e igrejas. As respostas foram convergentes no sentido de revelar a predominância de um perfil francamente “politizado” dos participantes da Parada. Esmagadora maioria (83%) dos entrevistados declarou ter votado em Lula no primeiro turno das últimas eleições (em contraste com os 46,7% de votos dados a Lula na região Sudeste no primeiro turno). Apenas um terço da amostra (32,5%) declarou não ter identificação com nenhum partido político e a maioria identificava-se com o PT, em seguida com o PSDB e o PDT . A maior parte (62%) dos entrevistados afirmou conhecer políticos, no Rio ou no Brasil, que apóiam a causa homossexual ou gay. Perguntados sobre quais são esses políticos, surpreendeu a menção espontânea dos nomes de 38 lideranças, por 272 entrevistados. No primeiro lugar apareceu a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, autora da legislação sobre Parceria Civil Registrada, seguida do deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Carlos Minc, autor de legislações anti-discriminação e de criação de

órgãos de defesa dos homossexuais. Cerca de metade (50,1%) dos respondentes disse conhecer a existência de lei, aprovada ou em discussão, no Rio ou no Brasil, protegendo os homossexuais e muitos citaram, além da legislação de parceria civil, as diversas legislações anti-discriminação de municípios do país e as jurisprudências do Rio Grande do Sul, estendendo direitos previdenciários a parceiro(a)s do mesmo sexo. Entre os entrevistados, um número bastante expressivo declarou já ter ouvido falar de alguma entidade de defesa dos homossexuais (78,1%), apontando para a visibilidade que o movimento homossexual brasileiro adquiriu nas últimas décadas. O caráter local ou regional do evento se espelha nos grupos que foram mais freqüentemente lembrados pelos participantes da Parada, que, ao pedido de citarem o nome de até dois grupos, lembraram-se do Grupo Arco-Íris (57%) e do grupo Atobá (28,6%) (Gráficos 4).

Gráfico 4

CONHECIMENTO DE GRUPO OU ENTIDADE GAY OU LÉSBICO, SEGUNDO IDENTIDADE SEXUAL



Notas: Totais: Homossexual feminino(106), Homossexual masculino(219), Trans(26) e Bissexual(45)

Sociabilidade nos espaços reais e virtuais da cidade

As redes de sociabilidade homossexual (que não raramente se sobrepõem às redes ativistas) comportam hoje no Brasil diferentes espaços reais (bares, boates, festas etc.) e virtuais (internet, jornais, revistas etc.). Alguns desses espaços são voltados à promoção de encontros amorosos e sexuais, outros promovem relações de amizade ou troca de informação e experiência. A pesquisa procurou identificar como os participantes da Parada se movem nesses espaços e articulam suas redes sociais. Confirmando a percepção de que as revistas especializadas ganharam espaço durante os anos 90, 77,4% dos entrevistados declararam conhecer algum jornal ou revista voltado(a) ao público homossexual.

As boates aparecem como o principal espaço de sociabilidade de homens e mulheres homossexuais e bissexuais entrevistados (78,1% disseram frequentá-las “bastante” ou “um pouco”), seguida de perto pela casa de amigos (77,7%). As festas gays e/ou lésbicas e os bares são também valorizados, sendo que 66,3% dos entrevistados em nossa amostra declararam frequentar “bastante” ou “um pouco” as festas e 62,8%, os bares. Os pontos gays nas praias cariocas são frequentados por pelo

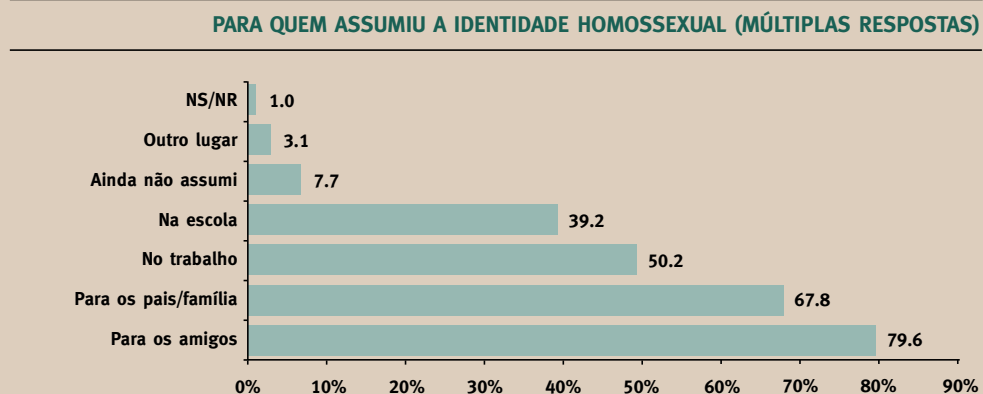
menos 52,7% de nossos entrevistados. Apesar de a praia se constituir como um espaço de sociabilidade altamente valorizado no Rio de Janeiro, 19,7% dos entrevistados declararam nunca ter ido aos pontos gays na praia carioca, sendo que esse número parece ser muito maior entre o(a)s transgêneros. Finalmente, os espaços voltados explicitamente para encontros sexuais são os menos freqüentados, contrapondo-se à representação bastante generalizada segundo a qual os homossexuais (especialmente os homens) manteriam prática sexual caracterizada pelo anonimato e pelo grande número de parceiros. Entre todos os entrevistados, apenas 4,8% declararam freqüentar bastante saunas e apenas 11,3% outros lugares de *pegação*.⁵ Mesmo que a freqüência a saunas e lugares de *pegação* seja mais comum entre homens homossexuais, ressaltamos o fato de que 58,9% dos homens homossexuais entrevistados afirmaram nunca terem ido a saunas e 48,4% afirmaram que nunca freqüentaram lugares de *pegação*. A idade do entrevistado joga papel importante, pois se apenas 1,4% dos entrevistados entre 19 e 21 anos declararam freqüentar bastante esse tipo de espaço, 16,7% dos que tinham 40 anos ou mais declaram o mesmo. Assim, do ponto de vista da idade ou do ciclo de vida do(a)s homossexuais, sobretudo dos homens homossexuais, boates e saunas se opõem, sendo as primeiras lugares da sociabilidade jovem por excelência e as segundas da sociabilidade dos mais velhos.

Confirmando uma tendência surgida na década de 90, a freqüência a espaços de sociabilidade virtual também é notável entre os entrevistados, sendo que metade deles declarou acessar sites gays ou lésbicos na Internet e/ou freqüentar salas de bate-papo virtuais.

Sexualidade, afetividade e conjugalidade

Não há dúvida de que a Parada tende a congrega indivíduos que percebem a sexualidade como uma questão política e que estão dispostos a assumir-se como homossexuais em alguma esfera de suas vidas (apenas 7,7% dos entrevistados ainda estão “no armário”) (Gráfico 5). Porém, como os dados revelam, assumir uma identidade sexual minoritária, alvo de forte estigmatização e discriminação, não

Gráfico 5



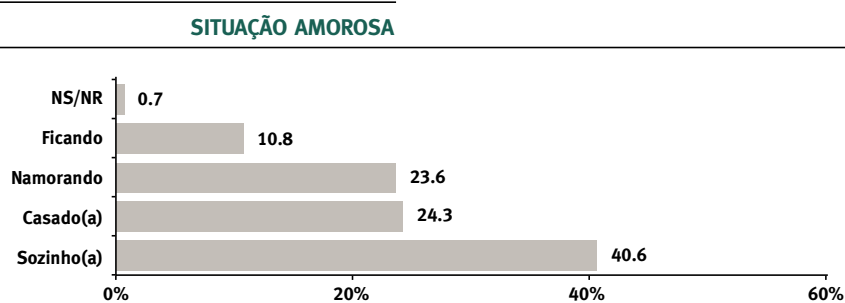
Nota: Total de 416 homossexuais

é tarefa fácil. Respondendo a uma questão que comportava múltiplas respostas, os entrevistados desenharam o que poderíamos chamar de círculos de maior ou de menor intimidade ou visibilidade. Dentre tais círculos, sobressai o dos amigos, para quem 79,6% dos nossos entrevistados declararam já ter assumido sua homossexualidade. O segundo mais importante círculo de intimidade foi aquele constituído por familiares, para quem 67,8% já haviam assumido; seguido pelo círculo do trabalho (50,2%) e finalmente da escola (39,2%). Entre as variações importantes por identidades sócio-sexuais (por exemplo, o(a)s transtêneros têm alto nível de visibilidade, com apenas 3,8% que não se assumiram), a idade parece ter também papel importante na dinâmica da visibilidade, que aumenta consistentemente segundo a faixa etária quando se trata de assumir-se na família e no trabalho.

Quanto ao uso do preservativo, mais da metade dos nossos entrevistados (62,1%) disse que o utilizava em todas as relações sexuais. É significativo, entretanto, o número daqueles que não usam preservativos ou o fazem de modo não sistemático (36,2%), entre os quais 25,6% declaram não usá-lo ou usá-lo apenas eventualmente e 10,6% declaram usar em quase todas as relações. Daqueles que usam preservativos, a grande maioria declarou que os compra (73,6%), sendo bem menor o número daqueles que os recebem de postos de saúde (19,1%), ONGs-AIDS (6,7%) ou grupos ativistas (5,4%). Esses dados contrastam expressivamente com os relativos aos homossexuais masculinos entrevistados pelo IBOPE, segundo os quais 71% conseguiriam preservativos gratuitamente. Em nossa amostra, 68,9% dos homens homossexuais declaram que compram preservativos, 19,2% os obtêm em postos de saúde e apenas 11,9% junto a ONGs-AIDS e grupos homossexuais.

Em relação à situação amorosa (**Gráfico 6**), 40,6% de nossos entrevistados declaram estar sozinho(a)s, número que, se agregado ao dos que disseram que estavam “ficando” (10,8%), indica que 51,4% estavam naquele momento sem qualquer relação amorosa ou mantendo vínculos amorosos bem frouxos. A proporção dos que estavam casados (24,3%) e namorando (23,6%) se equivalem, indicando que em torno de 48% dos entrevistados estavam engajados em relações afetivo-sexuais mais ou menos estáveis. Aqui também, os resultados são fortemente modulados segundo a identidade sexual e a idade dos entrevistados. Em relações amorosas mais estáveis (casamento ou namoro) temos 62,3% das mulheres homossexuais, contrapondo-se a 41,1% dos homens, sendo que a proporção das que se disseram casadas (34,9%) supera em muito a dos que se disseram na mesma situação (18,3%).

Gráfico 6



Nota: Total de 416 homossexuais

Vitimização e violência

O conhecimento sobre vitimização de homossexuais e a caracterização da violência homofóbica no Brasil eram, até o fim dos anos 1990, baseados principalmente em notícias sobre crimes contra homossexuais publicadas em jornais. Na maioria das vezes, a mídia noticiava assassinatos cometidos com requintes de crueldade contra gays e travestis. O antropólogo Luiz Mott e o Grupo Gay da Bahia (GGB) foram responsáveis, a partir do início dos anos 1980, pela coleta, análise e divulgação de arquivos de jornais, tendo publicado dossiês que se tornaram célebres e ajudaram a conhecer e a denunciar crimes violentos contra homossexuais no Brasil, ainda que a abordagem quase sempre sensacionalista da imprensa que noticiava esses assassinatos favorecesse a construção de uma visão parcial e deformada da vitimização de homossexuais.

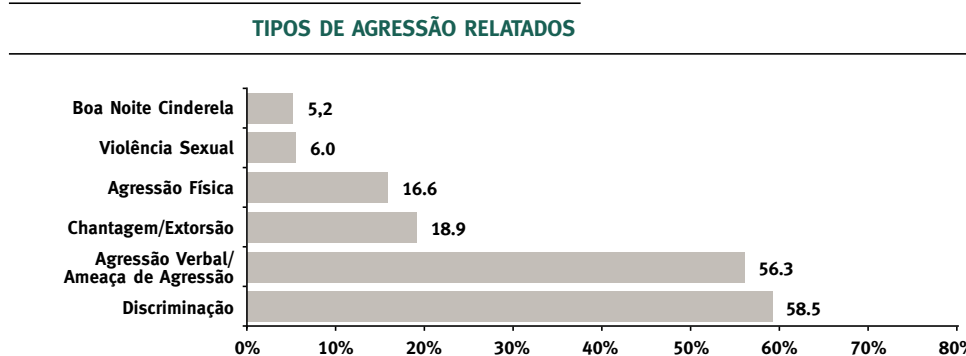
Uma nova fonte sistemática de denúncias sobre violências contra homossexuais surgiu em 1999, com a criação da primeira experiência brasileira de política pública na esfera da segurança, o Disque Defesa Homossexual (DDH).⁷ Criado na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o DDH foi pensado como um programa de defesa (e não apenas de denúncia). O projeto foi uma tentativa de estabelecer uma parceria direta entre polícia e movimento homossexual, no sentido de fazer agir com rapidez tanto dispositivos de prevenção de crimes (acionando a polícia em locais e situações de incidência de violência), como de atendimento das vítimas dos crimes já ocorridos (mobilizando a polícia a investigar agressores e golpistas e mobilizando redes de apoio psicológico e jurídico por parte das ONGs).

A diferença crucial nos dados gerados pelo DDH estava no fato de que a própria vítima – e não a imprensa – relatava as agressões. A análise dos primeiros 500 casos atendidos pelo DDH revelou a intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia.⁸ A maioria das denúncias era constituída de casos de ofensas, ameaças, extorsões, agressões físicas e uma grande quantidade de queixas de “discriminações” (na escola, no trabalho, no comércio e também na família e na vizinhança), além dos conflitos de natureza interativa entre parceiros.⁹ Nada menos que um terço dos casos relatados ao DDH se davam no âmbito da casa ou da vizinhança, indicando a intensidade de crimes não espetaculares e não letais, gerados e vividos em escala micro, na esfera da família e de conhecidos, numa criminalidade em geral sem fins lucrativos, em que vítimas e agressores partilhavam as mesmas redes sociais.

A presente pesquisa, portanto, apresenta uma diferença crucial em relação às fontes anteriores de conhecimento sobre violência contra homossexuais, pois utiliza a estratégia e as técnicas das pesquisas de vitimização. Os resultados ajudam a caracterizar aspectos da homofobia como sendo altamente variáveis por gênero, por identidade homossexual e por idade, e secundariamente variáveis por grau de instrução e cor/raça, dependendo do tipo de agressão. Além disso, permitem concluir que, mesmo em uma cidade cosmopolita como o Rio, algumas experiências de agressão são extraordinariamente freqüentes e independem de idade, cor, renda ou orientação homossexual, sendo o fator desencadeante a própria homossexualidade. Também verificamos que, em contraste com o número alto de agressões relatadas, um número muito reduzido de denúncias das agressões é comunicado aos órgãos públicos.

Perguntamos aos entrevistados se alguma vez já tinham sido vítimas de alguma das seguintes agressões por serem homossexuais: agressão física; agressão verbal (ou ameaças de agressão); violência sexual; chantagem ou extorsão; golpe Boa Noite Cinderela;¹⁰ discriminação. De modo geral, o fato de quase 60% dos entrevistados já ter sido alguma vez vítima de algum tipo de agressão motivada pela orientação sexual (sendo que alguns foram vítimas de mais de um tipo de agressão) indica que a homofobia se reproduz sob múltiplas formas e, no caso de algumas modalidades, em proporções muito significativas. **(Gráfico 7)**

Gráfico 7



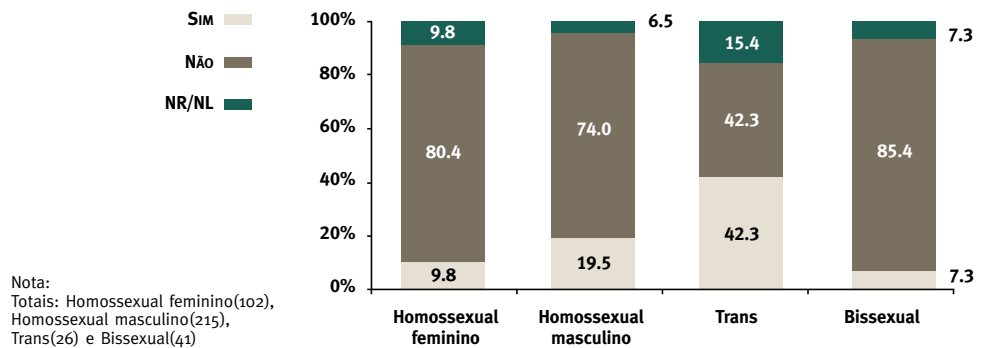
Nota: Total de 403 entrevistados responderam a esta pergunta

As agressões de menor incidência - o golpe Boa Noite Cinderela (5,2% dos entrevistados disseram ter sido vítimas) e violência sexual (6%) - apresentam uma característica comum. Elas são predominantemente masculinas, sendo que nenhum caso de Boa Noite Cinderela foi registrado entre transgêneros e entre mulheres homossexuais. A idade também parece ser um fator importante. Apenas 2,6% dos homossexuais da faixa de 14 a 18 anos e 1,4% da faixa de 19 a 21 mencionaram ter sido vítimas de Boa Noite Cinderela, em contraste com 19,5% de vítimas na faixa de 40 anos e mais. A proporção de mulheres e homens vítimas de violência sexual chama a atenção: 1,6% de mulheres em contraste com 7,9% de homens. A despeito da imprecisão do termo violência sexual (não sendo especificado se são casos de assédio, abuso infantil/juvenil, sexo não consentido ou uso de violência física para consumação do ato sexual),¹¹ esse resultado pode indicar que a violência sexual relacionada à homofobia é uma prática tipicamente de homens contra homens

As experiências de agressões físicas chegam a 16,6% dos entrevistados, mas não são distribuídas uniformemente entre as diferentes identidades sexuais. Comparativamente, apenas 9,8% das homossexuais femininas, 7,3% dos bissexuais e 19,5% dos homossexuais masculinos foram vítimas de agressões físicas em contraste com 42,3% dos travestis e transexuais. **(Gráfico 8)**. As agressões físicas, que muitas vezes são a expressão da homofobia na sua forma mais intolerante – como nos casos protagonizados por *skinheads* e *pitboys* –, ilustram uma espécie de escala de risco, na qual os travestis, seguidos dos homens gays, estão mais expostos à violência.

Gráfico 8

RELATOS DE AGRESSÃO FÍSICA SEGUNDO IDENTIDADE SEXUAL



Dos entrevistados, 18,9% foram vítimas de chantagens e/ou extorsões relacionadas ao fato de serem homossexuais. Essa modalidade de violência expressa um segmento de agressões que pode ser nomeado de homofobia com fins lucrativos. A proporção de vitimados é surpreendentemente alta, ocupando o terceiro lugar entre os seis tipos de agressão. As experiências do DDH mostraram que esse tipo de agressão pode ser combatido com eficácia desde que as vítimas denunciem os casos à polícia e que a polícia investigue as denúncias. Com frequência, os agressores são policiais e expoliciais, especialmente quando as chantagens se dão em ambientes de *pegação*.

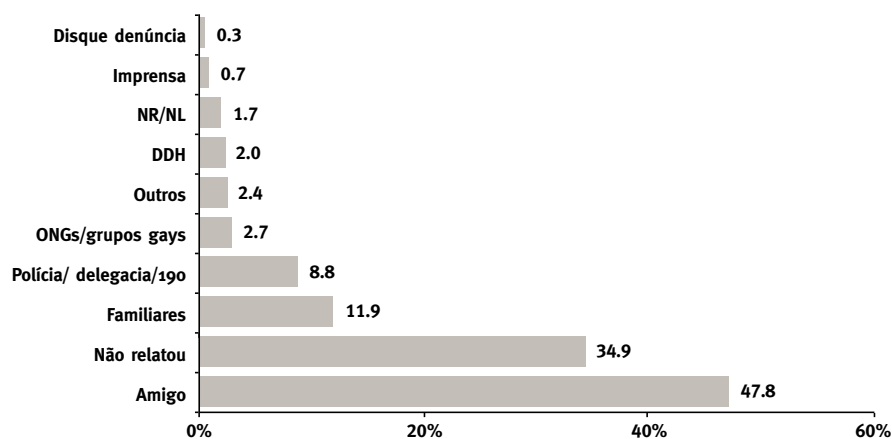
As agressões verbais (experimentadas por 56,3% dos entrevistados) e as discriminações (58,5%) mantêm como características comuns a universalidade de gênero, de identidade homossexual e etária. Ou seja, poucas variações são expressivas, sendo a própria homossexualidade, possivelmente, a razão explicativa mais forte. Chama a atenção a prevalência de agressões por meio de palavras (ofensas, xingamentos, ameaças), indicando o grau alto de impunidade para manifestações verbais de homofobia e a virtual inexistência de sanções tanto criminais como sociais para as ofensas relacionadas à homossexualidade, freqüentemente consideradas apenas piadas de mau gosto. Há também um contraste marcante com as ofensas raciais explícitas, que na última década tornaram-se muito menos presentes nos espaços públicos dos centros urbanos brasileiros, graças aos esforços do movimento negro e de outras forças anti-racistas.

Os relatos de discriminação são igualmente distribuídos entre homossexuais femininos (61,8%) e masculinos (61,2%). São mais altas para transgêneros (73,1%) e menores para bissexuais (34,1%). As discriminações sofridas pelos entrevistados que se auto-atribuíram a cor/raça “preta” (71,1%) são mais intensas do que entre os que se identificaram como “brancos” (59,1%). Os que se identificaram como “pardos” registram uma número um pouco menor (53,4%) de discriminações, mas, de qualquer modo, esse número é muito alto em todos os segmentos raciais. A experiência da discriminação é percebida de forma igualmente intensa por homossexuais muito jovens (64,3% na faixa 19 e 21 anos) e pelos mais velhos (61% na faixa acima de 40 anos).

Diante do perfil participativo e politizado da amostra surpreendeu o baixo índice de comunicação, junto aos órgãos públicos, das agressões relatadas. Das 295 agressões assinaladas como mais marcantes, só 42 foram denunciadas a órgãos públicos (**Gráfico 9**). As vítimas também contaram o fato a familiares (34 casos) e a amigos (139 casos), mas é baixíssimo o uso de recursos como ONGs, DDH e imprensa. Este resultado, que deverá ser mais explorado em pesquisas futuras apóia a impressão de que a homofobia, mesmo em casos graves, é vivida de forma predominantemente silenciosa e que a grande maioria das agressões não só fica impune, como sequer chega a ser registrada

Gráfico 9

PARA QUEM A AGRESSÃO FOI RELATADA (MÚLTIPLAS RESPOSTAS)



Nota: Total de 295 homossexuais

Conclusões e Perspectivas

A pesquisa confirma algumas impressões, aprofunda conhecimentos anteriores e revela novidades. Antes de tudo, oferece uma espécie de “radiografia” sociológica da Parada, que, a partir dos dados apresentados, pode ser caracterizada como uma grande festa política. Ao menos no Rio de Janeiro, a Parada representa a face mais claramente politizada de um amplo e diversificado circuito de sociabilidade que, como os dados revelam, passa pelos grupos e entidades ativistas gays e lésbicas, pelas boates, bares e praias, pela casa de amigos e pelas festas, pelos *sites* e salas de bate-papo na internet e pela imprensa especializada. Extrapolando os limites da cidade do Rio de Janeiro e incorporando um certo número de “heterossexuais”, é no âmbito desse circuito que as identidades de “gays”, “lésbicas”, “transexuais”, “travestis”, “entendidos” etc. vão se firmando e se transformando. É nele também que certas estratégias políticas (como a própria Parada) vão sendo articuladas, fazendo com que a diversidade sexual se torne mais visível e mais respeitada na família, na escola, no trabalho e nas ruas.

Em seu lado mais “solar”, os resultados da pesquisa revelam uma “comunidade” viva e diversa, na qual os gêneros, as gerações, as identidades sexuais e raciais vão configurando estilos e projetos

de vida singulares, tanto no que diz respeito ao exercício da sexualidade e da conjugalidade, quanto à participação política, ao consumo etc.

Do ponto de vista da sexualidade e da conjugalidade, as constatações talvez mais interessantes dessa pesquisa referem-se, de um lado, ao significativo número de entrevistados que mantêm relações afetivas estáveis (sobretudo entre as mulheres) e, de outro, ao fato de a disseminada imagem do homossexual masculino como sexualmente “promíscuo” corresponder muito pouco às práticas sexuais da maioria. A pesquisa revelou ainda a necessidade de um trabalho continuado de promoção de práticas de sexo mais seguro, sobretudo entre as mulheres homossexuais.

Quanto à política, nossa amostra revela uma população cuja experiência de participação é significativa e que tende a se situar marcadamente à esquerda no espectro político brasileiro. Segundo nossos resultados, a adoção de leis que promovam a igualdade e a liberdade no país parece ser crucial para a maioria dos entrevistados, para quem a lei de união civil (a mais citada) vem se revestindo de uma importante dimensão simbólica.

Em oposição a esse lado “solar”, os resultados continuam a apontar para a vulnerabilidade dos gays, lésbicas, transexuais e travestis brasileiros frente à violência e à discriminação. A experiência de ser socialmente discriminado(a) parece ser quase instituinte das identidades homossexuais, uma vez que mais da metade de nossa amostra relata já ter sido vítima de diferentes tipos de agressões, sobretudo de agressões verbais e de discriminação em espaços públicos, no trabalho, na escola etc., devido à sua orientação ou identidade sexual. Ao lado da garantia dos direitos civis, a proteção de gays, lésbicas, travestis e transexuais brasileiros contra a violência que os vitima é portanto imperativa por parte dos poderes públicos (da polícia e da justiça). Nesse sentido, nossos resultados apontam para a necessidade da implantação por parte do Estado (nas polícias e na Justiça) de diferentes dispositivos de monitoramento e acompanhamento dos casos de violência contra homossexuais. Ressaltamos que, nesse caso, uma proteção mais efetiva traria não apenas conseqüências positivas imediatas no sentido de diminuir a vulnerabilidade de homens e mulheres homossexuais face à violência que os atinge, mas teria também um importante impacto simbólico, ao sinalizar ao conjunto da sociedade brasileira que os homossexuais não podem mais ser tratados como cidadãos de segunda classe e que a homofobia não pode ter lugar em uma sociedade pluralista e democrática.

Talvez mais importante que os dados em si mesmos, seja o fato de a realização da pesquisa ter implicado o desenvolvimento de um método de trabalho conjunto, envolvendo um grupo ativista homossexual e diferentes centros universitários. Preservando suas especificidades, mas compartilhando o conhecimento que vem da prática política com aquele que é produzido pela academia, procuramos estabelecer as bases para realização de novos trabalhos, através de novas parcerias ■

Notas

1. A íntegra da pesquisa encontra-se publicada em *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade*. Carrara, S.; Ramos, S. e Caetano, M. (coord). Rio de Janeiro, Pallas, 2003 e no site www.cesec.ucam.edu.br
2. Em 2002, o Ibope realizou, em dez capitais brasileiras, ampla pesquisa sobre opiniões e comportamentos em relação à AIDS e DSTs. Embora não fosse uma pesquisa sobre os participantes das paradas de orgulho gay e estivesse mais centrada nas questões de saúde, a maior parte das entrevistas foi realizada no contexto das paradas e abordou alguns dos problemas que nos interessam. Nesse sentido, os resultados da pesquisa do IBOPE/2002 são importantes parâmetros para a interpretação dos nossos dados. Ver: <http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20130%20-%20Mulheres.ppt> e <http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20129%20-%20Homens.ppt>.
3. A coordenação estatística do projeto esteve sob responsabilidade de Greice Maria Silva da Conceição, estatística do CESeC.
4. A pesquisa IBOPE/2002 revelou dados bastante discrepantes que seguramente indicam importantes variações regionais quanto às identidades sócio-sexuais auto-atribuídas por mulheres homossexuais. Entre as 1000 mulheres entrevistadas pelo IBOPE, apenas 34% declararam-se “lésbicas” e apenas 2% declararam-se “gays”, cifras bastante inferiores às encontradas por nós. Além disso, segundo os dados do IBOPE, a proporção das que se declararam “entendidas” permanece muito próximo da parcela de nossas entrevistadas que se declararam “homossexuais”. Variações importantes, ainda que menos expressivas, em relação à pesquisa IBOPE também foram encontradas nas auto classificações dos homens.
5. Espaços fechados (cinemas ou banheiros) e abertos (áreas públicas como praças e vias, a exemplo do Aterro do Flamengo e do Arpoador) onde acontecem namoros e encontros sexuais entre homens.
6. Ver *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1999* (2000); *Assassinato de homossexuais: Manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos* (2000); *Causa mortis: homofobia* (2001) e *O crime anti-homossexual no Brasil* (2002) – todos esses trabalhos organizados por Luiz Mott et al. e publicados pela Editora Grupo Gay da Bahia.
7. O Disque Defesa Homossexual foi um programa de atendimento a homossexuais vítimas de violência dirigido por voluntários do movimento homossexual em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro implantado em 1999, tendo funcionado até 2002 (com interrupções) na Secretaria de Segurança Pública.
8. Ver *Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa*. Silvia Ramos (2001) Comunicações do ISER, número 56, ano 20.
9. Partindo das notícias veiculadas na imprensa, mais recentemente alguns pesquisadores vêm trabalhando com fontes policiais e judiciais (boletins de ocorrência e processos). Para isso ver Carrara, Sérgio e Vianna, Adriana, *Homossexualidade, violência e justiça: A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 2001.
10. Sedação da vítima com soníferos e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar dinheiro e bens.
11. Na legislação brasileira, a relação sexual entre dois homens mediante uso da força não é classificada como estupro e sim como atentado violento ao pudor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana R. B. *Homossexualidade, violência e justiça: A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 2001, mimeo.
- Carrara, Sérgio; Ramos, Silvia. & Caetano, Marcio (coord). *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.
- Ministério da Saúde/IBOPE. “Homossexuais masculinos” e “Mulheres que fazem sexo com mulheres”. 2002
- Mott, Luiz et al. *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1999*. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.
- Ramos, Silvia. *Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa*. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, ano 20, n. 56, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

APÓIO INSTITUCIONAL

THE WILLIAM AND FLORA HEWLETT FOUNDATION

Rua da Assembléia, 10, sala 810
Centro - RJ - CEP: 20011-901
Telefax: (21)2531-2033

email:cesec@candidomendes.edu.br
www.cesec.ucam.edu.br

PROJETO GRÁFICO
Anna Amendola
tildesign@alternex.com.br

FOTOS
Marcelo Ferreira